
Censura contra o Estadão viola liberdade de imprensa, diz Manuel Alceu

A censura que o jornal *O Estado de S.Paulo* sofre há mais de dois meses foi criticada durante seminário organizado pela Associação dos Advogados de São Paulo (Aasp) esta semana. Manuel Alceu Afonso Ferreira, advogado do jornal, voltou a falar sobre o assunto. O Grupo Estado está proibido de divulgar informações relativas a Fernando Sarney, filho do presidente do Senado, José Sarney (PMDB-AP), que fazem parte da Operação Boi Barrica da Polícia Federal, que corre sob segredo de Justiça. Fernando Sarney foi indiciado por lavagem de dinheiro, tráfico de influência, formação de quadrilha e falsidade ideológica. Para **Manuel Alceu Afonso Ferreira**, a proibição ofende um valor constitucional maior que é o da liberdade de imprensa.

O advogado afirmou que, um dia antes de participar do seminário na Aasp, enfrentou um drama de consciência para saber se levaria o teor das gravações proibidas para citar no evento. Optou por não divulgar as conversas gravadas do filho de Sarney. “O que posso garantir é que as gravações sobre Fernando Sarney contêm matéria do mais alto e qualificado interesse público. Existe, claro, no meio conversas particulares, mas não é nem o estilo do jornal divulgá-las. Elas são de pasmar”, disse.

O colunista da *Folha de S.Paulo*, **Walter Ceneviva**, também comentou a censura. Para ele, falta ao Judiciário a preocupação de que certas decisões “vergonhosas prejudicam a imagem da instituição”. Ceneviva aproveitou a oportunidade para contar um caso de um juiz de Jequié (BA) que queria ser transferido de vara. O objetivo do juiz era ir para uma comarca mais próxima da capital. Por isso, foi conversar com o corregedor-geral. Lá, falou da pretensão de ir para a cidade de Feira de Santana, pois tinha méritos para ser promovido. Segundo o colunista, o corregedor de Justiça ouviu atentamente o que o juiz tinha a dizer, concordou que ele merecia ser promovido, mas fez uma pergunta inquietante. Perguntou ao juiz se ele já tinha conversado com o “Doutor Antônio Carlos Magalhães”. Para Ceneviva, esse é um exemplo clássico que envergonha o Poder Judiciário.

A censura ao *Estadão* foi imposta no final de julho pelo juiz Dácio Vieira, da Justiça do Distrito Federal. O jornal recorreu ao Tribunal de Justiça do DF, que manteve a liminar, mas afirmou não ter competência para julgar o caso. A ação será encaminhada para a Justiça Federal do Maranhão, onde corre o processo aberto com a Operação Boi Barrica, da Polícia Federal. As investigações resultaram em cinco inquéritos sobre negociações suspeitas de empresas do Grupo Sarney. A defesa do jornal promete levar o caso para o Superior Tribunal de Justiça julgar.

Date Created

12/10/2009